



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJOLÂNDIA
 CNPJ: 13.654.439/0001-80
 Praça Alpiniano Jose Alves, 11- CEP:47.750-000



ERRATA DE Nº 003
 AO EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES Nº 001-2020.

"Corrige o EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES Nº 001-2020 publicado no Diário Oficial do Município na data de 09 de janeiro de 2020."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BREJOLÂNDIA, ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições legais, Corrigi o **EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES Nº 001-2020 publicado no Diário Oficial do Município na data de 09 de janeiro de 2020** do **Concurso Público** para provimento imediato de diversos cargos de **Nível Superior, Técnico, Médio e Fundamental**, e ainda **formação de cadastro de reservas para os candidatos que forem classificados fora do número de vagas ofertadas para preenchimento imediato**,

- QUADRO DE PROVAS

NÍVEL	DISCIPLINAS	QUANTIDADE DE QUESTÕES
SUPERIOR APOIADOR INSTITUCIONAL	Língua Portuguesa	10
	Conhecimentos em Informática	05
	Conhecimentos Específicos	15
	TOTAL	30

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (ANEXO VI DO EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES 001-2020).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE APOIADOR INSTITUCIONAL:

Portaria Interministerial nº 1.777, de 09 de setembro de 2003, que aprova o plano nacional de saúde do sistema penitenciário. x Portaria nº 01, de 02 de janeiro de 2014, que institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). x Portaria nº 482, de 02 de abril de 2014, que institui normas para a operacionalização da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). x Portaria nº 94, de 14 de janeiro de 2014, que institui o serviço de avaliação e acompanhamento de medidas terapêuticas aplicáveis à pessoa com transtorno mental em conflito com a Lei, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). x Portaria nº 95, de 14 de janeiro de 2014, que dispõe sobre o financiamento do serviço de avaliação e acompanhamento de medidas terapêuticas aplicáveis ao paciente judiciário, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). x Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. x Portaria nº 2.765, de 12 de dezembro de 2014, que dispõe sobre as normas para o financiamento e execução do Componente Básico da Assistência Farmacêutica no âmbito da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) e de outras providências. x Portaria Interministerial SPM/MJ nº 210, de 16 de janeiro de 2014, que institui a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional (PNAMPE). x Portaria MS/GM nº 2.488, de 21 de outubro de 2011, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica. x Portaria MS/GM nº 485, de 29 de março de 1995, que constitui comitês de assessoramento para as respectivas áreas de prostituição, homossexualidade e sistema penitenciário da Coordenação Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis e Aids do Ministério da Saúde. x Resolução CNPCP nº 5, de 04/05/2004, que dispõe a respeito das Diretrizes para o cumprimento das Medidas de Segurança, adequando-as às previsões contidas na Lei nº 10.216 de 06 de abril de 2001. x Resolução CNPCP nº 4, de 30/07/2010, dispõe sobre as Diretrizes Nacionais de Atenção aos Pacientes Judiciários e Execução da Medida de Segurança. x Resolução CNPCP nº 01, de 10/02/2014, que dispõe sobre acesso ao programa de atendimento específicos.

As demais disposições do Edital encontram-se inalteradas.

Gabinete do Prefeito, em 13 de janeiro de 2020.

GILMAR RIBEIRO DA SILVA
 Prefeito Municipal